

Juro real fica limitado em 12% ao ano



Um dos assuntos mais polêmicos da futura Constituição — o tabelamento de juros em 12% ao ano, incluindo comissões e quaisquer outras remunerações diretas ou indiretas referidas a concessão de crédito — foi mantido ontem pelo plenário da Constituinte. Um destaque do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que pretendia suprimir o tabelamento e remeter para a lei o seu princípio, não alcançou quorum de maioria absoluta para aprovação e obteve apenas 241 votos favoráveis contra 233 e 7 abstenções. Apesar disso, após a manutenção do dispositivo vários constituintes, como o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), afirmavam que há necessidade de que o capítulo sobre Sistema Financeiro seja regulado por lei complementar para que o tabelamento vigore.

A manutenção do dispositivo representou uma dupla derrota para os partidos de centro-direita, que se recusaram a apoiar uma emenda do deputado Paulo Macarini (PMDB-SC). Esse destaque suprimia os 12% na parte permanente da Carta, deixando apenas o seu princípio, mas transferindo-o para as Disposições Transitórias enquanto não fosse aprovada uma lei disciplinando a matéria.

Acordo
A questão havia sido adiada, quando da apreciação do título da Ordem Econômica do projeto de Constituição, justamente para que as lideranças chegassem a um acordo. Entretanto, PFL, PDS, PTB e PDC se mantiveram irredutíveis em torno da emenda Ponte, descartando qualquer possibilidade de aceitar a emenda Marcarini, bem mais amena do que o texto aprovado no primeiro turno, que fixa as taxas de juros em 12% ao

ano. Esse texto considera que as taxas cobradas acima deste limite serão consideradas "crime de usura", cuja punição terá que ser definida em lei ordinária.

Além dos destaques dos deputados Ponte e Macarini, haviam mais treze proposições de constituintes sugerindo a supressão integral do texto. Uma delas era a do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que chegou a defendê-la da tribuna, considerando absurdo o tabelamento de juros na Constituição, "porque qualquer Governo, seja socialista ou liberal, não poderá exercer sua política econômica". Dornelles ressaltou ainda que o tabelamento poderia também inviabilizar tanto o crédito indireto, como o do destinado ao consumidor.

Negociação
Todos esses destaques, inclusive o de Dornelles, foram retirados pelos seus autores para facilitar a aprovação da proposta de Luís Roberto Ponte. As lideranças do PMDB, PDT, PCB, PC do B, PT e PSB, ainda tentaram negociar um acordo em torno da proposta do deputado Paulo Macarini, que seria votada em seguida. Esbarraram na intransigência do PFL, PDS, PL, PDC e PTB, que preferiram apostar tudo na proposta do deputado Luís Roberto Ponte. O destaque do deputado Paulo Macarini acabou rejeitado por não ter obtido quorum, apenas 264 constituintes disseram sim, contra 198 e 9 abstenções.

O deputado Luís Roberto Ponte tentou convencer o plenário que os argumentos de seus adversários — de que a lei nunca iria regulamentar a matéria — era impreciso por que o caput do artigo, ao qual está subordinado o tabelamento de juros e que trata do sistema financeiro nacional, ainda vai ser regulado por uma lei complementar e o assunto é de suma importância para ficar pendente por muito tempo. O plenário não aceitou seu argumento e rejeitou o destaque.

Mandato de Sarney intocado

Ninguém quis mexer no mandato do presidente José Sarney na votação de segundo turno da Constituição. Apenas o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) queria suprimir as datas do término do mandato do Presidente, 15 de março de 1990, e da eleição do futuro presidente, 15 de novembro de 1989, o que poderia levar à interpretação de que as eleições presidenciais seriam realizadas ainda este ano. O deputado marcou apenas posição, porque logo após defender sua proposição retirou o destaque.

Os "tucanos" também retiraram uma nova emenda às Disposições Transitórias para fixar a data das eleições presidenciais ainda este ano. A iniciativa foi colocada em prática no calor dos debates da sessão de terça-feira, quando o deputado Ulysses Guimarães aceitou uma manobra que permitiu ao plenário rejeitar as eleições em dois turnos este ano, que foi resultado de um texto novo, portanto anti-regimental.

Pressão faz Serra ser candidato do PSDB-SP

Terminou a novela dos "tucanos" em São Paulo: o deputado José Serra finalmente aceitou ontem à noite ser o candidato do PSDB à sucessão do prefeito Jânio Quadros. Nos próximos dias, será escolhido o vice de sua chapa, a ser indicado pelo senador Mário Covas. Três nomes estão sendo cogitados: os deputados estaduais Getúlio Hanashiro, Guiomar Nemo de Mello e Arnaldo Madeira. Serra disse que aceitou a candidatura porque seu nome, neste momento, é "o único em condições de unir todo o partido". E manifestou a expectativa de polarizar a disputa com o ex-deputado Paulo Maluf.

A definição de Serra, que vinha sendo pressionado há alguns dias, mas não escondia o receio de entrar na disputa sem o apoio total do grupo do senador Mário Covas, foi sacramentada em uma reunião ontem à noite. Os senadores José Richa, Mário Covas e Fernando Henrique fizeram um apelo veemente para que aceitasse e acabasse o impasse partidário. Hoje, às 19h00, encerraria o prazo para a substituição de Montoro. A do vice não tem maiores problemas. Serra, que era vice de Montoro não chegou a re-

Demissão imotivada dá multa de 40% do FGTS

O empregador que demitir sem justa causa após a promulgação da Constituição terá que pagar o equivalente a 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a título de indenização ao empregado dispensado. Sem qualquer emenda relativa ao assunto, o plenário da Constituinte manteve ontem o texto aprovado em primeiro turno, que cria mecanismos de defesa contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, que serão utilizados até a promulgação de uma lei complementar que disponha sobre o assunto.

Hoje, a multa paga pelo empregador em caso de demissão imotivada é de 10% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e, para os constituintes que defendem os interesses dos trabalhadores, este dispositivo será mais um fator inibidor de demissões em massa.

Anistia

A anistia dos militares cassados após o golpe militar de 1964 também foi mantida de acordo com o texto aprovado em primeiro turno. O senador Jamil Haddad (PSB-RJ) decidiu, por falta de acordo entre as lideranças, retirar a emenda de sua autoria que estendia a anistia a cerca de 2.673 praças da Aeronáutica e marinheiros, punidos administrativamente por motivos políticos em 21 de agosto de 1964. Eles continuam impedidos de reingressar ao serviço público por não perderem a identificação de criminosos administrativos.

Tensão

Os "tucanos" viveram ontem mais um dia de tensão. Diversas reuniões em busca de uma solução não surtiram efeito. Em uma delas, o deputado Saulo Queiroz chegou a relançar o nome do senador Fernando Henrique Cardoso. Irritado, Fernando Henrique não admitiu sequer discutir o assunto e ameaçou: "Daqui para frente vou passar a dar coice". O nome de Mário Covas também voltou a ser cogitado, mas ele também se manteve irredutível na decisão de não se candidatar à prefeitura de São Paulo.

No meio da tarde, chegou a ser admitida a candidatura do deputado ecológico Fábio Feldmann, mas a reação em São Paulo, dos candidatos a vereador, inviabilizou a alternativa. No início da noite, em clima de impasse e tensão, as principais lideranças do PSD3 foram para o gabinete de Covas, onde finalmente obtiveram a concordância de Serra.

José Serra, um dos principais economistas do PMDB, cumpre o primeiro mandato parlamentar.

Estabilidade

O deputado Antônio Carlos Franco (PMDB-SE) retirou sua emenda que suprimia integralmente a estabilidade dos diretores de comissões internas, após um acordo com as lideranças dos partidos de esquerda que admitiram a aprovação de uma emenda aditiva, tornando vedadas apenas as demissões arbitrárias ou sem justa causa. A estabilidade no emprego para a gestante também foi mantida. Ela passa a ser assegurada desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.



Sem acordo, as lideranças não evitam a permanência no texto do tabelamento dos juros

Cabral decide suceder Ulysses

Belo Horizonte — O deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, apresentou-se ontem a Newton Cardoso, em Belo Horizonte, como candidato à sucessão de Ulysses Guimarães na Presidência da Câmara. E, se a previsão do governador de Minas Gerais for confirmada, ganhou o apoio da maior bancada de Estados pelo PMDB no Congresso. Os dois conversaram rapidamente, mas Cabral, que tomou café com o governador, explicou que outros encontros acontecerão.

"Fatalmente, mais adiante, terá que haver uma conversa com o governador, porque a bancada de Minas, dentro da bancada do PMDB, é a maior que existe na Assembleia Nacional Constituinte, de modo que não podemos prescindir desse apoio", explicou Bernardo Cabral, que usou até um helicóptero do governo mineiro para ir ao Aeroporto da Pampulha ao Palácio das Mangabeiras. O relator disse que só decidiu ser candidato à Presidência da Câmara após conversar com o atual titular, o multipresidente Ulysses Guimarães. Bernardo Cabral explicou, ainda que "se ele (Ulysses) fosse candidato, eu o ajudaria, até porque, como relator da Constituinte, eu dei parecer favorável à emenda que permitia a sua reeleição. Não sendo mais candidato, como ficou decidido, eu serei, sou candidato à Presidência da Câmara dos Deputados". O relator argumentou que se sente a vontade na campanha pela Presidência da Câmara e reúne alguns requisitos que, em sua opinião, lhe garantem a vitória.

Votação quase terminada

Assembleia Constituinte deixou para decidir, hoje, pelo menos cinco pontos polêmicos: anistias fiscal e creditícia, indicação do senador Alexandre Costa para o Governo do Distrito Federal, reeleição do presidente da Câmara e os "marajás" do serviço público. O plenário deve apreciar também o "trem da alegria" que concede estabilidade a todos os funcionários públicos com mais de cinco anos de carreira.

A pedido da liderança do PMDB, o deputado Paulo Macarini (SC) promoveu uma pesquisa "relâmpago" e constatou que a tendência majoritária da bancada é pela manutenção do texto que concede anistia de débitos do Plano Cruzado aos microempresários, pequenos e médios produtores rurais. O deputado Carlos Sant'Anna disse que o Governo pode negociar, desde que o limite dos financiamentos seja reduzido a mil OTNs. O texto, aprovado no primeiro turno, isenta de correção monetária todos os financiamentos contraiados até 5 mil OTNs. "Se o acordo ficar difícil, o jeito será lutar pela derrubada desta anistia", avisou Sant'Anna.

Marajás

Sem acordo mesmo ficou a questão dos "marajás" no funcionalismo público. O PMDB e partidos de esquerda só aceitam

aprovar este dispositivo se for extendido aos militares e magistrados, a incidência da tributação do imposto de renda sobre seus rendimentos. O PFL, PDS e PTB são contrários e a decisão sairá no voto. Único acordo fechado ontem, garante prazo de 180 dias para que o Congresso aprecie os decretos-leis em tramitação na Casa até 2/9/88. Aqueles não apreciados estarão automaticamente revogados e os baixados a partir da próxima sexta-feira serão convertidos em medidas legislativas provisórias e devem ser apreciados em trinta dias.

Ainda pendente de decisão estão as seguintes matérias: manutenção das concessões de serviços públicos de telecomunicações, formação de Comissão Mista do Congresso para revisar doações e vendas de terras públicas acima de 3 mil hectares, a lei que dispõe sobre o instituto da enfiteuse em imóveis urbanos, e o prazo de 4 anos para que as empresas que fecharam contrato de risco para pesquisas e exploração de lavras de recursos minerais, cumpram com os novos requisitos da Constituição. Na previsão do deputado Ulysses Guimarães, faltam 90 destaques para conclusão do segundo turno, "e se eu conseguir segurar o quorum até as 23 horas de hoje, os trabalhos estarão concluídos", disse o presidente ao final da sessão de ontem.

Acaba o comércio de sangue

A comercialização do sangue e hemoderivados não será mais permitida após a promulgação da Constituição. Ontem, o plenário da Constituinte manteve o texto aprovado em primeiro turno, ao rejeitar por 243 votos favoráveis 181 contrários e dez abstenções a reunião de emendas, defendida pelo deputado Jofran Frejat (PFL-DF), que admite a comercialização dos hemoderivados. Foi rejeitada também a emenda do deputado Alcenio Guerra (PFL-PR) que suprimia a expressão "todo e qualquer tipo" da vedação da comercialização.

A manutenção da emenda aprovada em primeiro turno representa um controle mais rígido das ações de saúde que envolvem o sangue e seus derivados. Não poderão mais existir os bancos de compra e venda de sangue, sendo permitida, no entanto, após a regulamentação em lei ordinária, a aquisição de hemoderivados produzidos por laboratórios privados, com o pagamento incidindo apenas, sobre o custo operacional de sua preparação.

O autor do destaque, deputado Jofran Frejat, afirmou na tribuna que a matéria não podia ser apreciada com emocionalismo "provocado pela Aids", e lembrou que na França o sangue é estativado, "e a transmissão de Aids por transfusão tem um índice muito alto". O deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), um dos relatores-adjuntos e também autor do destaque, disse que não pode existir proibição do comércio de hemoderivados, "senão haverá um colapso no País". Acres-



Sant'Anna disse que "sangue não é mercadoria"

centou que o Governo não tem capacidade "para assumir integralmente a atividade".

Colapso

Coubes ao líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (BA) — um dos autores da emenda aprovada em primeiro turno — defender a manutenção do texto. Sant'Anna desmentiu as afirmações de que a medida ocasionaria colapso no fornecimento de sangue, e lembrou que o Conselho Federal de Medicina é favorável ao futuro

texto constitucional. "Sangue não é mercadoria e não podemos permitir que queiram tirar dele lucro e mais valia", afirmou o líder.

Sant'Anna esclareceu ainda que é uma argumentação falsa a de que estamos estatizando o sangue". Acrescentou que a única consequência concreta do texto que veda a comercialização do sangue e hemoderivados e órgãos humanos "é uma maior rigidez no controle", para evitar, por exemplo, que 80% dos hemofílicos existentes no País sejam portadores do vírus da Aids.

Tocantins confirmado como Estado

O plenário da Constituinte manteve ontem a íntegra do texto aprovado em primeiro turno, que assegura a criação do Estado de Tocantins — desmembramento da região norte do Estado de Goiás. Assim, 75 dias após a promulgação da futura Constituição serão realizadas as primeiras eleições da nova unidade da Federação, para a escolha do governador, vice-governador, senadores e deputados federais e estaduais.

As normas para as primeiras eleições de Tocantins serão estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas já está previsto no

texto das Disposições Transitórias que o pleito será realizado em um único turno. Além disso, está definido que os mandatos dos eleitos nessa primeira eleição terminarão quando forem realizados pleitos para os mesmos cargos em todo o País. Assim, o segundo governador será eleito em 1990.

A capital de Tocantins, de acordo com o texto, será escolhida pelo Poder Executivo até que a Assembleia Constituinte Estadual decida qual deverá ser a sede do Governo. Foi mantido também o texto que transforma os atuais territó-

Dívida externa será analisada

No prazo de um ano após a promulgação da nova Constituição, o Congresso Nacional, através de uma comissão mista, vai examinar as causas do endividamento externo brasileiro. Este dispositivo das Disposições Transitórias foi mantido ontem pela Constituinte. Os dois únicos destaques para suprimir o texto, um deles do senador Roberto Campos (PDS-MT), foram considerados prejudicados porque seus autores estavam fora do plenário no momento da votação.

A Constituinte manteve também uma proposição estabelecendo que, cinco anos após a promulgação da Carta, o Congresso Nacional fará uma revisão no texto constitucional, em sessão unicameral. A Zona Franca de Manaus, com suas características de livre comércio, exportação, e importação, e de incentivos fiscais, será mantida por mais 25 anos após a promulgação da Constituição. A deputada Cristina Tavares (PSDB-PE) retirou o seu destaque para suprimir o texto.

Os seringueiros recrutados para colher a borracha na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial receberão, se carentes, dois salários mínimos de pensão vitalícia. O senador Aureo Melo (PMDB-AM) tentou retirar a palavra "carente", mas o seu destaque foi rejeitado por 312 votos contra 24 e 7 abstenções. A Constituinte manteve também a validade dos atuais contratos de risco na exploração do petróleo, celebrando um acordo, quando foi aprovado na parte permanente da carta a proibição dos futuros contratos.

Os constituintes mantiveram também um dispositivo determinando que a Imprensa Nacional e as demais gráficas da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos municípios, mantidas pelo poder público, vão editar e pôr à disposição dos sindicatos, escolas, cartórios, quartéis e igrejas, exemplares da nova Constituição, para serem distribuídos gratuitamente à população.

Rotatividade

Toda empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho for maior do que a média do setor a que estiver vinculada terá que contribuir com um adicional para o financiamento do seguro-desemprego, segundo o que foi aprovado ontem pela Assembleia Nacional Constituinte. Uma lei ordinária terá que fixar o índice médio de rotatividade de cada setor industrial para que o dispositivo possa ser aplicado.

O texto, aprovado com várias outras emendas, teve 370 votos favoráveis, oito contrários e nove abstenções e fez parte de uma acordo entre as lideranças da Constituinte. Essa reunião de emendas estabelecem também que a arrecadação das contribuições para os programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio Público (Pasep), ambos criados em 1970, serão destinados a financiar o seguro-desemprego.

F. de Noronha agora é de PE

O Brasil terá um novo mapa após a promulgação da Constituição e será formado por 26 Estados, o Distrito Federal e nenhum Território. A Constituinte rejeitou ontem por 265 votos contra 168 e quinze abstenções a emenda do senador Mário Maia (PMDB-AC) que suprimia a anexação do território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco. Com esse resultado, todo o texto aprovado em primeiro turno foi mantido, representando a criação do Estado do Tocantins — divisão de Goiás — a transformação dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados e a extinção do território de Fernando de Noronha.

A votação do destaque que devolvia à ilha o status território foi acompanhada atentamente por um grupo de ilhéus — como são chamados os 1.200 habitantes do arquipélago de 25 quilômetros quadrados. Ao constatarem que a anexação do território à Pernambuco era irreversível, o pequeno grupo perdeu o controle e, em meio a lágrimas e desespero, gritavam das galerias que "estão criando mais uma favela de Pernambuco". A manifestação dos ilhéus, que se dirigiam aos constituintes com palavrões, provocou a paralisação da sessão por alguns instantes, exigindo a interferência da segurança do Congresso para retirá-los das galerias.

Anexação

A discussão da anexação do território de Fernando de Noronha a Pernambuco foi bastante acirrada no plenário. Ecologistas e aliados do presidente José Sarney se uniram para defender a manutenção do território, enquanto que constituintes de diversas correntes se aliaram ao deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) — um dos parlamentares mais fiéis aos interesses do Planalto — para rejeitar a proposta.

Coubes à deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) um discurso forte. A constituinte afirmou que "ecologia não é sinônimo de riqueza e sim de consciência", denunciando os "interesses escusos" que existiam em relação à manutenção do território.